

DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

OBJETO DO CONTRATO DE SUBVENÇÃO:

Inovações para uma agricultura familiar inteligente frente às alterações climáticas na África Ocidental - GCCA+ África Ocidental (GCCA+ AO)

MONTANTE MÁXIMO DO CONTRATO:

230.000 euros (Orçamento total: 3 500 000 euros)

NÚMERO DE REFERÊNCIA:

GCCA+AO-2019-APP01

DATA E HORA LIMITES DE ENTREGA DA BREVE NOTA DE APRESENTAÇÃO: 17/10/2019 às 12h00 (UTC)

ADVERTÊNCIA

Trata-se de um convite à apresentação de propostas restrito. Numa primeira fase, só as breves notas de apresentação (parte A do formulário de pedido de subvenção) devem ser submetidas para avaliação. Em seguida, os requerentes principais que foram pré-selecionados serão convidados a apresentar um pedido completo. Após avaliação dos pedidos completos, a elegibilidade dos requerentes selecionados provisoriamente será verificada com base nos documentos comprovativos solicitados pela Expertise France e na declaração assinada pelo requerente principal, enviada ao mesmo tempo que o pedido completo. Em caso de dúvidas na interpretação deste texto ou de qualquer outra controvérsia, apenas a versão original, em francês, do presente diretrizes e dos respetivos anexos faz fé.

SUMÁRIO

1. INOVAÇÕES PARA UMA AGRICULTURA FAMILIAR INTELIGENTE FRENTE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA ÁFRICA OCIDENTAL – GCCA+ AO	4
1.1 Contexto	4
1.2 Objetivos do programa e prioridades	5
1.3 Valor do envelope financeiro disponibilizado pela Expertise France	6
2. REGRAS APLICÁVEIS AO PRESENTE CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	7
2.1 Critérios de elegibilidade	7
2.1.1 Elegibilidade dos requerentes (requerente principal e co-requerente (s))	7
2.1.2 Entidades afiliadas.....	9
2.1.3 Sócios e contratantes	10
2.1.4 Ações elegíveis: para que ações um pedido pode ser apresentado?	11
2.1.5 Elegibilidade dos custos: quais custos podem ser incluídos?	16
2.2 Apresentação do pedido e procedimentos a seguir	18
2.2.1 Conteúdo da breve nota de apresentação	18
2.2.2 Onde e como enviar a breve nota de apresentação?	19
2.2.3 Data limite de submissão da breve nota de apresentação	20
2.2.4 Outra informação sobre a breve nota de apresentação	20
2.2.5 Pedidos completos	21
2.2.6 Como e para onde enviar os pedidos completos?	21
2.2.7 Data limite de submissão dos pedidos completos	22
2.2.8 Outras informações sobre os pedidos completos	23
2.3 Avaliação e selecção dos pedidos	23
2.4 Verificação da elegibilidade e apresentação dos documentos comprovativos relativos aos pedidos que foram provisoriamente seleccionados.	30
2.5 Notificação da decisão da Expertise France	31
2.5.1 Conteúdo da decisão	31
2.5.2 Calendário indicativo	32
2.6 Condições de implementação após a decisão da Expertise France de atribuir uma subvenção	32
3. LISTA DOS ANEXOS.....	34

1. INOVAÇÕES PARA UMA AGRICULTURA FAMILIAR INTELIGENTE FRENTE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA ÁFRICA OCIDENTAL – GCCA+ AO

1.1 Contexto

Entre a era pré-industrial e hoje em dia, a temperatura média mundial aumentou de mais de 1°C. Os impactos observados nos territórios são múltiplos – crescimento do stress hídrico, desertificação, rarefação dos recursos naturais, erosão dos solos, secas, etc. – e constituem obstáculos ao alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODD).

O continente africano situa-se no centro dos desafios das alterações climáticas desta primeira metade do século 21, ao mesmo tempo na vertente da mitigação, tendo em conta o seu crescimento económico e demográfico forte que induzem necessidades crescentes tanto em termos de energia, como no plano da adaptação, por causa dos impactos que se pode observar desde já, mas também dos importantes desafios de desenvolvimento e de luta contra a pobreza afetando vários países de África, sobretudo na sua parte Ocidental. Cinco dos dez países mais vulneráveis no mundo são situados na África Ocidental e as vulnerabilidades futuras frente ao clima das comunidades oeste-africanas serão contrastadas, como o são os climas de hoje em dia nesta imensa região. Se esta complementaridade agroecológica é hoje em dia uma vantagem, a exacerbação dos contrastes climáticos e a degradação geral das condições de pluviometria militam para um reforço dos quadros de cooperação regionais, como é o caso do quadro de orientação estratégico no horizonte 2025 da Política agrícola da CEDEAO (2017)¹. O ECOWAP inscreve-se numa perspetiva de soberania alimentar da região, procurando garantir o essencial da cobertura das necessidades alimentares de uma população devendo duplicar nos próximos 25 anos (290 milhões de habitantes em 2008, mais de 500 milhões em 2030). O ECOWAP baseia-se nos princípios fundamentais da CEDEAO e privilegia o aumento do comércio regional de produtos agropastoris e da pesca (que hoje representa o segundo maior comércio intrarregional pós-hidrocarboneto).

É neste âmbito que se inscreve a Aliança Mundial para a Mudança Climática Mais (AMCC+ ou GCCA+), que representa a segunda fase de uma iniciativa do mesmo nome lançada pela Comissão europeia (CE) em 2007 com vista a reforçar o diálogo e a cooperação no domínio da luta contra as alterações climáticas entre a União europeia (UE) e os países em desenvolvimento mais vulneráveis. A Iniciativa GCCA + está dividida em várias partes: i) uma componente "Global" composta por programas repartidos por país sob a supervisão das Delegações Locais da UE; ii) uma componente "intra ACP" sob coordenação do Secretariado ACP em Bruxelas, ele próprio dividido em componentes sub-regionais, uma das quais centra-se na África Ocidental.

O projeto GCCA+ - África Ocidental ²visa participar no esforço regional oeste africano de implementação do Acordo de Paris sobre o clima graças, designadamente, ao reforço de capacidades das instituições regionais de África Ocidental, e apoiando a emergência de soluções de terrenos inovadoras para reforçar a resiliência climática dos atores agrícolas e rurais. Com efeito, todos os países da zona CEDEAO (+ o Chade e a Mauritânia)

¹<http://araa.org/sites/default/files/media/Cadre%20d%27Orientation%20Strat%C3%A9gique%20ECOWAP%202025%20FR.pdf>

² Para se informar melhor sobre o projeto GCCA+ AO: <https://www.expertisefrance.fr/fiche-projet?id=721711>

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

incluíram a agricultura como setor prioritário (adaptação e mitigação) das suas Contribuições Determinadas a nível Nacional (CDN). Dominada pela agricultura familiar (principal fonte de rendimentos e de subsistência para 70% da população), a agricultura oeste -africana tem dificuldades a aceder à finança para investir nas capacidades de produção sustentável e na ampliação de soluções técnicas já comprovadas para lidar com as alterações climáticas e a variabilidade. Já enfrentando desafios estruturais (saturação progressiva de espaços, degradação da fertilidade dos solos, etc.), a região está a enfrentar o duplo fenómeno da variabilidade climática e mudanças que afetam o desempenho agrícola, a estabilidade da oferta, a ocorrência de riscos climáticos e, consequentemente, os rendimentos e a segurança alimentar e nutricional. Assim, a Comissão da CEDEAO promove «uma *abordagem integrada para a transformação e reorientação dos sistemas agrícolas visando aumentar de maneira sustentável e equitativa a produtividade e os rendimentos agrícolas, reforçar a adaptação e a resiliência frente à variabilidade e alterações climáticas, e sequestrar e/ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa lá onde é possível e apropriado (...)*»³. Ela criou para o efeito a Aliança oeste -africana para a Agricultura inteligente frente ao clima, e assume hoje a definição desta chamada para propostas de projetos, operacionalizada pela Expertise France.

Este convite à apresentação de propostas realizado pela CEDEAO faz, portanto, parte de quadros estratégicos a nível regional (ECOWAP 2025) e nacional (CDN), é uma das principais atividades do resultado 3 (RA3) do programa GCCA + África Ocidental:

RA3. Projetos-piloto de adaptação, incluindo soluções baseadas numa abordagem ecossistema, já testados e implementados nos países da CEDEAO e usados como referências para replicação futura, são ampliados (extensão ou replicação).

Para o efeito, é gerido pela Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) GCCA + África Ocidental, disponibilizada pela Expertise France, e alojada no âmbito da Agência Regional para a Agricultura e Alimentação (ARAA) da CEDEAO. UCP GCCA+ AO será, portanto, o ponto de contato dos promotores de projetos no âmbito deste convite à apresentação de propostas. O CILSS, parceiro técnico no âmbito da GCCA + África Ocidental, colabora com a CEDEAO e a Expertise France no âmbito deste convite à apresentação de propostas.

1.2 Objetivos do programa e prioridades

O **objetivo geral** deste convite à apresentação de propostas é de criar sistemas de produção alimentar inteligentes frente ao clima (mitigação e adaptação) na África Ocidental através da experimentação (pesquisa-ação⁴) e a capitalização de práticas e de dispositivos inovadores baseados em:

- Adaptação para assegurar a segurança alimentar e nutricional num contexto de alteração climática (seleção de sementes, serviços climáticos, práticas agro-geológicas, sistemas de alerta precoce...);

³ Fórum dos atores da Agricultura inteligente frente ao clima, Bamako, junho de 2015

⁴ A pesquisa-ação é um processo no qual os atores sociais deixam de serem considerados como simples objetos passivos de investigação e se tornam cada vez mais sujeitos conduzindo uma pesquisa com a colaboração de pesquisadores profissionais. Portanto, são os grupos sociais interessados que vão identificar os problemas que querem estudar, realizar a partir daí uma análise crítica e procurar as soluções correspondentes.

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

- Restauração dos solos (4 para 1000, agroflorestal, etc.);
- Mitigação (armazenamento de carbono, energias renováveis nas unidades de transformação, etc.);
- Competitividade e sustentabilidade dos setores produtivos regionais.

Os **objetivos específicos** deste convite à apresentação de propostas consistem em:

- Financiar projetos inovadores e com forte potencial de replicação e/ou para dimensionamento e suscetíveis de mobilizar financiamentos complementares, incluindo o setor privado. Esta exigência respeitante ao caráter inovador do projeto não se concentra unicamente na vertente técnica /tecnológica e essas experimentações podem relacionar-se com toda a cadeia de valor agrícola (insumos, produção, transformação, distribuição);
- Favorecer as abordagens parceiras (incluindo entre diferentes categorias de atores) para descompartimentar as ações em favor de uma agricultura camponesa inteligente voltada para o clima.
- Documentar estas experimentações concretas e estruturar a pesquisa-ação da agricultura inteligente para o clima na África Ocidental, através de uma importante componente de capitalização de projetos.

1.3 Valor do envelope financeiro disponibilizado pela Expertise France

O valor indicativo global disponibilizado no âmbito do presente convite à apresentação de propostas é de **3.500.000 EUR**. Expertise France reserva-se o direito de não alocar todos os fundos disponíveis.

Valor das subvenções

Qualquer pedido de subvenção no quadro deste convite à apresentação de propostas deve ser situado entre os seguintes valores mínimo e máximo

- valor mínimo: 150.000 EUR;
- valor máximo: 230.000 EUR.

Percentagem de cofinanciamento

Qualquer pedido de subvenção no âmbito deste convite à apresentação de propostas deve corresponder a uma percentagem mínima de 55% e às percentagens máximas seguintes do total dos custos elegíveis da ação:

- **Para os portadores de projetos estabelecidos⁵ nos Estados membros da CEDEAO, do Chade ou da Mauritânia:** 90 % do total dos custos elegíveis da ação (ver também ponto 2.1.5),
- **Para os outros:** 80% do total dos custos elegíveis da ação (ver também ponto 2.1.5).
- **Cofinanciamento em espécie:** qualquer subvenção solicitada no quadro deste convite à apresentação de propostas incluindo no orçamento proposto contribuições em espécie deve limitar também essas

⁵ O estabelecimento é determinado com base nos estatutos da organização que devem demonstrar que a organização foi criada por um ato de direito interno do país interessado e que a sua sede social é situada num país elegível. A este respeito, qualquer entidade legal cujos estatutos tenham sido criados noutro país não pode ser considerada como uma organização local elegível, mesmo que esteja registada localmente ou que tenha sido concluído «um Memorando de Entendimento».

contribuições a 5 % do total avaliado dos custos aceites⁶. Se, durante a implementação da ação, os relatórios intercalares e finais mostram que os custos totais aceites são iguais ao total dos custos elegíveis, sendo a percentagem aplicável ao total dos custos aceites aplicável ao total dos custos elegíveis, a fim de garantir o cofinanciamento necessário.

Sempre que for feita referência à percentagem dos custos elegíveis no convite à apresentação de propostas, aplica-se o limite percentual adicional aplicável ao total dos custos aceites. Antes de enviar sua solicitação, certifique-se de que a contribuição solicitada não exceda a percentagem máxima permitida para cofinanciamento dos custos aceites.

O saldo (ou seja, a diferença entre o custo total da ação e o montante solicitado da Expertise France) deve ser financiado por outras fontes diferentes do orçamento da União Europeia ou do Fundo Europeu de Desenvolvimento⁷ ou o orçamento da Expertise France.

2. REGRAS APLICÁVEIS AO PRESENTE CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Estas diretrizes definem as regras de submissão, seleção e implementação das ações financiadas no quadro deste convite à apresentação de propostas, em conformidade com o capítulo 6 do Guia prático, que se aplica a este convite⁸.

2.1 Critérios de elegibilidade

Existem três séries de critérios de elegibilidade, que se relacionam respetivamente com

(1) os atores:

- o **requerente principal**, isto é a entidade submetendo o formulário (2.1.1),
- se for o caso, seu(s) **co requerente (s)** (**salvo disposição contrária, o requerente principal e o(s) co requerente (s) são a seguir designados conjuntamente os «requerentes»**) (2.1.1),
- e, se for o caso, a(s) **entidades (s) afiliada (s)** ao requerente principal ou aos cos requerentes (2.1.2);

(2) as ações:

- as ações suscetíveis de beneficiar de uma subvenção (2.1.4);

(3) os custos:

- os tipos de custos suscetíveis de serem incluídos no cálculo do montante da subvenção (2.1.5).

2.1.1 Elegibilidade dos requerentes (requerente principal e co-requerente (s))

Requerente principal

⁶ Total avaliado dos custos aceites = total avaliado dos custos elegíveis + contribuições em espécie, taxas não elegíveis, etc.

⁷ Quando uma subvenção é financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento, qualquer referência ao financiamento pela União Europeia deve ser interpretada como uma referência ao financiamento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento.

⁸ O PRAG e designadamente o seu capítulo 6 é disponível no sítio Internet de EuropeAid no endereço seguinte: <http://ec.europa.eu/europeaid/prag/document.do?nodeNumber=6>

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

(1) Para ser elegível para uma subvenção, o requerente principal deve preencher as seguintes condições:

- ser uma pessoa coletiva; e
- ser sem fim lucrativo; e
- pertencer a uma das seguintes categorias: organização não governamental (incluindo organizações camponesas e organizações da sociedade civil), coletividade territorial ou autoridade local (domínio B); e
- estar estabelecido⁹ num Estado Membro da CEDEAO, Chade ou Mauritânia ou num Estado Membro da União Europeia; e
- ser diretamente responsável pela preparação e gestão da ação com o (s) co requerente (s) e a (s) entidade (s) afiliada (s) e não atuar como intermediário; e
- ser capaz de administrar todo o projeto desde a conceção até a implementação no longo prazo e, portanto:
 - ter pelo menos experiência em coordenar um projeto (incluindo as componentes de gestão administrativa e financeira, monitoramento e avaliação e capitalização) de tamanho similar e no mesmo setor; e
 - ter pelo menos experiência na implementação de um projeto em parceria com um ator qualificado de natureza diferente da do líder¹⁰.

(2) Os potenciais candidatos não podem participar em convites à apresentação de propostas ou receber uma subvenção se se encontrarem numa das situações mencionadas no ponto 2.3.3 do Guia Prático (PRAG).

Na parte A, seção 3 do formulário de pedido de subvenção ("declaração do requerente principal"), o requerente principal deve declarar que nem ele nem o (s) co requerente (s) nem a (s) entidade (s) afiliada (s) se encontram em qualquer destas situações.

O requerente principal deve agir com pelo menos um co requerente, pertencendo a uma categoria diferente da sua, em conformidade com as seguintes prescrições. A parceria com pelo menos um co requerente é obrigatória no quadro da ação.

Se a subvenção for concedida, o requerente principal passa a ser o beneficiário identificado como coordenador no contrato de subvenção (Anexo F - Condições Especiais). O coordenador é o principal interlocutor da Expertise France. Ele representa potenciais outros beneficiários e age em seu nome. Ele projeta e coordena a implementação da ação.

⁹ A determinação do estabelecimento é feita com base nos estatutos da organização, que devem demonstrar que a organização foi criada por um ato de direito interno do país em questão e que a sua sede social se situa num país elegível. A este respeito, qualquer entidade jurídica cujos estatutos foram criados noutro país não pode ser considerada uma organização local elegível, embora esteja registada localmente ou tenha sido celebrado um "Memorando de Entendimento".

¹⁰ Por exemplo: se o líder é uma organização não governamental, ele deve provar que já colaborou com uma comunidade, um instituto de pesquisa, ou um ator do setor privado noutro projeto.

Co-requerentes

Os co-requerentes participam na definição e execução da ação e os custos que incorrem são elegíveis da mesma forma que os custos incorridos pelo requerente principal.

Os co-requerentes devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis ao próprio requerente principal.

No entanto, além das categorias mencionadas no item 2.1.1, elas podem se enquadrar nas seguintes categorias: institutos de pesquisa, setor privado.

Os co-requerentes devem assinar os termos de referência na parte B, seção 4, do formulário de solicitação de subvenção.

Se a subvenção lhes for concedida, os potenciais co-requerentes serão os beneficiários da ação, juntamente com o coordenador.

2.1.2 Entidades afiliadas

O requerente principal e os seus co-requerentes podem agir com uma ou entidades afiliadas.

Só as seguintes entidades podem ser consideradas como afiliadas ao requerente principal e /ou ao(s) co requerente (s):

Só as entidades ligadas estruturalmente aos requerentes (o requerente principal ou um co requerente), designadamente no plano capitalístico ou jurídico.

Esta ligação estrutural abrange principalmente duas noções:

- (i) o controlo, no sentido da Diretiva 2013/34/UE relativa aos estados financeiros anuais, aos estados financeiros consolidados e aos relatórios aí aferentes de certos tipos de empresas:

As entidades afiliadas a um requerente podem, então, ser:

- entidades controladas direta ou indiretamente pelo requerente (filial ou filial principal) ou controladas por uma entidade ela mesma controlada pelo requerente (sub-filiais ou filiais de segundo grau). Isto é válido para os outros níveis de controlo;
- entidades controlando direta ou indiretamente o requerente (sede). Da mesma maneira, pode-se tratar de entidades controlando uma companhia controlando o requerente;
- entidades ao mesmo nível de controlo direto ou indireto que o requerente (empresas irmãs).

- (ii) a adesão, isto é que o requerente é juridicamente definido como por exemplo uma rede, uma federação, uma associação à qual a entidade afiliada participa, ou o requerente participa na mesma organização (por exemplo uma rede, uma federação ou uma associação) que a entidade afiliada proposta.

O elo estrutural não deve limitar-se à ação ou ser estabelecido unicamente para implementá-lo. Deve existir independentemente da concessão da subvenção. Isso significa que esse link deve existir antes da chamada de propostas e permanecer válido quando a ação for concluída.

O que não deve ser uma entidade afiliada?

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

Os seguintes organismos não podem ser considerados como entidades afiliadas ao requerente:

- os adjudicatários dos contratos lançados pelo requerente da subvenção ou pelos seus subcontratantes, as entidades a quem um serviço público é delegado ou concedido em nome de um requerente;
- aquelas que recebem apoio financeiro do requerente;
- aquelas que colaboram regularmente com um requerente com base num memorando de entendimento ou que compartilham ativos.

Como verificar a existência da relação com um requerente?

A afiliação resultante de uma relação de verificação pode ser estabelecida, em particular, com base nas contas de grupo consolidadas às quais o requerente e a entidade afiliada proposta pertencem.

O resultado de uma adesão pode ser estabelecido, nomeadamente, com base nos estatutos (ou em qualquer ato constitutivo equivalente) que definam o requerente como uma rede, uma federação ou uma associação na qual participa o requerente.

Se for concedido um contrato de subvenção aos requerentes, as suas entidades afiliadas não se tornarão beneficiárias da ação ou signatários do contrato. No entanto, participam na definição e execução da ação e os custos em que incorrem (em especial os relacionados com contratos de execução e apoio financeiro a terceiros) podem ser elegíveis, desde que as regras sejam cumpridas, aplicáveis ao (s) beneficiário (s) ao abrigo do contrato de subvenção.

As entidades afiliadas devem atender aos mesmos critérios de elegibilidade aplicáveis ao requerente principal ou co-requerente. Devem também assinar a declaração disponível na parte B, seção 5 do formulário de pedido de subvenção.

2.1.3 Sócios e contratantes

As seguintes entidades não são requerentes nem entidades afiliadas. Elas não precisam de assinar o «mandado do co requerente (s)» ou a «declaração da entidade afiliada»:

- Associados

Outras organizações ou indivíduos podem estar envolvidos na ação. Os parceiros participam da ação, mas não podem reivindicar a subvenção, exceto para ajudas de custo e despesas de viagem. Estes parceiros não devem cumprir os critérios de elegibilidade mencionados no ponto 2.1.1. Os parceiros devem ser mencionados na parte B, seção 6 do formulário de pedido de subvenção, intitulado "Associados que participam na ação".

- Contratantes

Os beneficiários e as suas entidades afiliadas podem adjudicar contratos. Os associados ou entidades afiliadas não podem, ao mesmo tempo, ser contratadas de projeto. Os contratantes estão sujeitos às regras de aquisição estabelecidas no Anexo IV do modelo de contrato de subvenção.

2.1.4 Ações elegíveis: para que ações um pedido pode ser apresentado?

Definição

Uma ação inclui uma série de atividades ligada por um objetivo comum.

Duração

A duração inicial prevista de uma ação não pode ser inferior a 18 meses nem exceder 24 meses.

Áreas de intervenção

Três áreas de intervenção são abertas no âmbito deste convite à apresentação de propostas. Cada projeto deve se encaixar em apenas uma dessas áreas. No entanto, os requerentes devem ser capazes de explicar a ligação potencial, particularmente em termos de capitalização e impactos indiretos, do seu projeto com uma ou outras áreas.

<u>Área 1</u>	A transição para práticas inteligentes frente ao clima na escala das propriedades familiares (Nome curto: PROPRIÉDADES)
Objetivo principal (área 1)	Favorecer a emergência de condutas e práticas de mitigação e adaptação nas propriedades familiares e sistemas agrícolas oeste -africanos.
Objetivos específicos (área 1)	<ul style="list-style-type: none">- Identificar e experimentar in situ inovações suscetíveis de melhorar a resiliência das propriedades familiares e dos sistemas agrícolas limitando ao mesmo tempo as emissões de GES.- Avaliar os impactos esperados e o potencial das inovações, bem como os obstáculos à adoção efetiva dessas inovações e práticas.- Explicitar as vantagens e defeitos das abordagens baseadas nos ecossistemas.- Valorizar e apoiar a ampliação de experiências comprovadas de acordo com estratégias, abordagens e ferramentas apropriadas.
Questões prioritárias (área 1)	<ul style="list-style-type: none">- A avaliação das técnicas e práticas reforçando a resiliência e favorecendo o depósito de carbono na escala do sistema de produção (cultura ou pecuária).- A análise das dinâmicas de adoção e identificação dos motores e obstáculos.- A análise dos sistemas perenes de difusão das técnicas de conduta e práticas.- A análise da integração das dinâmicas e capacidades de adaptação a nível das diferentes escalas de atores, incluindo políticas públicas e a sua tradução concreta a nível das organizações intermediárias.

Área 2	Reforço da capacidade de produção na escala dos territórios (Nome curto: TERRITÓRIOS)
Objetivo principal (área 2)	Intensificar, de maneira sustentável e ecológica, a produção na escala dos territórios, através das políticas públicas locais e dos bens comuns.
Objetivos específicos (área 2)	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e compreender melhor as modalidades de uso dos recursos na escala do território (água, solos, resíduos de colheita, forragem...) para aumentar a sua eficácia num contexto em evolução. - Sensibilizar as instituições públicas locais às análises custo-lucros do investimento nos bens comuns necessários à intensificação (pequena irrigação, compostagem, etc.). - Aproveitar as complementaridades no seio do território, entre atores e práticas. - Identificar e experimentar técnicas de restauração de terras degradadas. - Prever melhor e compreender as evoluções futuras do clima dentro dos sistemas agrários de África Ocidental, os impactos e oportunidades associadas.
Questões prioritárias (área 3)	<ul style="list-style-type: none"> - A análise do papel dos atores públicos no aumento da resiliência dos territórios agrícolas. - A definição de sistemas de medida e de seguimento das estratégias de adaptação da agricultura a nível local para uma informação regular a nível nacional. - A análise das dinâmicas de adoção e identificação dos motores e obstáculos. - A análise à escala dos territórios da evolução das condições climáticas e dos impactos associados. - A Análise da integração das dinâmicas de adaptação a nível das políticas públicas locais e sua tradução concreta a nível das organizações intermediárias.

Área 3	A emergência de cadeias agroalimentares robustas num contexto de alteração climática (Nome curto: CADEIAS)
Objetivo principal (área 3)	Favorecer a emergência de cadeias agroalimentares criando valor em todos os níveis, integrando dinâmicas sóbrias em carbono e descompartmentando as redes de atores
Objetivos específicos (área 3)	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e experimentar in situ inovações organizacionais e/ou técnicas suscetíveis de (i) reforçar e tornar mais resilientes, equitativas e inclusivas as cadeias agroalimentares, limitando ao mesmo tempo as emissões de GES e (ii) criar empregos sustentáveis e riquezas a nível local (territórios, nacional e regional). - Criar uma mais valia «clima» (adaptação e mitigação) em projetos de desenvolvimento de cadeias. - Avaliar os impactos esperados, e o potencial das inovações e práticas, bem como os obstáculos à adoção efetiva dessas inovações e práticas. - Avaliar o benefício, sobre a qualidade das cadeias, práticas ou inovações suscitando uma descompartmentalização dos tipos de atores do território. - Estabelecer e fortalecer a advocacia na promoção de cadeias agroalimentares resilientes que criem emprego e riqueza.
Questões prioritárias (área 3)	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação de técnicas e práticas que aumentem a resiliência e limitem as emissões de GEEs a nível setorial (levando em conta as possíveis interações dos diferentes grupos de atores no território). - Análise do impacto de diferentes tecnologias de acesso à energia limpa e sustentável na resiliência das cadeias agroalimentares. - A boa avaliação do valor agregado gerado pela descompartmentalização de atores na implementação de inovações nas cadeias.

Cobertura geográfica

As ações devem ser implementadas num dos seguintes países: **Benim, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mauritânia, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Chade.**

Cada projeto deve se referir apenas a um país. Para respeitar um princípio de equidade geográfica, em consonância com o mandato regional da CEDEAO, o objetivo deste convite à apresentação de propostas é obter **pelo menos um projeto selecionado por país**. O processo de seleção descrito na seção 2.3 abaixo explica as etapas e procedimentos que serão implementados para maximizar o alcance dessa meta.

A área de intervenção do projeto deve ser de tamanho adequado e realista para assegurar a obtenção dos resultados esperados, particularmente tendo em vista a escolha do domínio; a escolha deste território deve ser devidamente justificada no contexto do presente convite à apresentação de propostas de projetos.

Tipos de ação

Tipos de ação elegíveis para financiamento no âmbito deste convite à apresentação de propostas:

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

- Ações para desenvolver sistemas de reabilitação de terras agrícolas familiares baseados em ecossistemas;
- Ações para a criação de sistemas de alerta precoce em relação aos riscos climáticos, a fim de evitar impactos (chuvas, secas, etc.);
- Ações para implantar métodos inovadores de formação de produtores e criadores;
- Ações para desenvolvimento e teste de materiais inovadores (produção, transformação, armazenamento);
- Ações para analisar os custos-benefícios do investimento em bens comunitários necessários à intensificação (pequena irrigação, compostagem, etc.);
- Ações para desenvolver energia limpa e sustentável para incentivar emergência de cadeias agroalimentares (por exemplo, em termos de armazenamento e transformação), particularmente através de estratégias de investimento em energias renováveis;
- Ações para desenvolver setores de excelência e / ou certificados, respeitadores do meio ambiente, de baixo carbono e resilientes;
- Ações de lobbying e comunicação para promover / defender os setores locais e regionais;
- Ações para apoiar a emergência, o reforço dos quadros de governação para setores resilientes, equitativos e inclusivos;
- Ações para intensificar práticas agrícolas inovadoras e inteligentes em relação ao clima já testadas no território (parcelas de controle) e documentadas;
- Ações para organizar sistemas produtivos locais.

Os seguintes tipos de ação não são elegíveis:

- Ações que consistem única ou principalmente em patrocinar a participação de indivíduos em workshops, seminários, conferências e congressos;
- Ações que consistem única ou principalmente no financiamento de bolsas individuais para estudos ou formação.

Apoio financeiro a terceiros¹¹

Os requerentes não podem propor para apoiar terceiros financeiramente.

Visibilidade

Os requerentes devem tomar todas as medidas necessárias para assegurar a visibilidade do financiamento da União Europeia. As ações financiadas total ou parcialmente por este convite à apresentação de propostas devem, na medida do possível, incluir atividades de informação e comunicação destinadas a sensibilizar toda ou parte do público para as razões da ação, e com base na assistência implementada pela Expertise France sob a égide da CEDEAO com o financiamento da União Europeia no país ou região em questão.

Os requerentes devem assegurar a visibilidade do financiamento da União Europeia, implementado pela Expertise France sob a portagem da política da CEDEAO. A visibilidade da CEDEAO como um elemento institucional chave no projeto deve, portanto, ser garantida.

¹¹ Esses terceiros não são entidades afiliadas, nem associadas nem contratadas.

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

Os requerentes devem também respeitar os princípios e as regras de visibilidade do guia de comunicação e visibilidade para as ações externas financiadas pela União Europeia.

Capitalização

Capitalizar as realizações e as lições aprendidas com sucessos e fracassos está no centro desta chamada de propostas para facilitar os intercâmbios a nível local, nacional e regional. Esses intercâmbios serão o material necessário para uma potencial replicação em toda a região para disseminar a inovação, mas também para os decisores políticos fazerem evoluir as políticas públicas.

Como tal, **os requerentes terão de justificar a afetação de 15% a 20% dos custos elegíveis do projeto às atividades de capitalização e divulgação de resultados, incluindo a monitorização e avaliação (e, por conseguinte, os custos relacionados com o estudo de base e a avaliação final)**. Os requerentes devem explicitar:

- os objetivos do processo de capitalização do projeto,
- o dispositivo e a/os métodos) encarados para recolher e conservar os diferentes tipos de informações,
- a descrição da informação a divulgar,
- as metas de acordo com a natureza da informação,
- a natureza das atividades destinadas a divulgar a informação capitalizada e as modalidades de acesso a esta informação,
- os meios que serão implementados para alcançar esses objetivos,
- os possíveis grandes eventos previstos em conexão com o contexto local, nacional, regional ou internacional.

Os requerentes precisarão de levar em consideração, nas suas estratégias de capitalização, métodos de partilhar resultados e lições aprendidas que podem ser usados noutras áreas de intervenção, para fazer passar o conhecimento além de sua escala de intervenção, e de maneira que favoreçam o diálogo entre escalas e entre temáticas.

Um plano de comunicação e capitalização será, portanto, desenvolvido no início do projeto de acordo com as diretrizes de comunicação e capitalização que serão anexadas ao contrato de concessão por meio do guia de gestão de subvenções.

Seguimento-avaliação

Cada projeto deve ter um sistema interno de monitoria e avaliação, em particular para monitorizar o progresso na implementação das ações planeadas, e a evolução dos indicadores, distinguindo entre indicadores baseados em meios e técnicas (ex.: áreas afetadas por atividades, taxa de recuperação ou sobrevivência de árvores plantadas ou resultantes de regeneração assistida, mudanças no uso de insumos químicos, eficiência de métodos de experimentação e disseminação, etc.) e indicadores baseados em efeitos e impactos (por exemplo, taxa de aumento de rendimentos, impacto no rendimento e estado nutricional dos agregados familiares, etc.). O sistema a ser implementado deve fornecer relatórios de qualidade baseados em evidências

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

para uso e aprendizagem de dados durante todo o projeto. Deve prever relatórios técnicos semestrais e anuais **orientados sobre os efeitos e impactos e muito mais do que as atividades e produtos.**

Além de indicadores de monitoramento e avaliação e impactos específicos para cada projeto, **indicadores obrigatórios comuns a todos os projetos selecionados serão especificados no momento da contratação com o requerente.** O requerente terá, no entanto, que demonstrar a sua capacidade e descrever a abordagem para realizar este acompanhamento e avaliação na sua proposta detalhada. Para fins informativos, os dois indicadores a seguir são obrigatórios: número de agregados familiares beneficiários e número de beneficiários individuais de produtores. Outros indicadores obrigatórios e comuns podem estar relacionados a: áreas agrícolas sob práticas inovadoras, nível de apropriação local (OSC, comunidades...) de inovação, nível de uso do conhecimento gerado por ações, número de técnicas desenvolvidas no campo, nível de produção agrícola de lotes manejados, número de agricultores que adotam técnicas de AIC¹², número de agricultores que utilizam técnicas que mitigam os efeitos de CC, número de beneficiários diretos de projetos implementados etc.

Com base no mecanismo de monitorização e avaliação proposto descrito na proposta pormenorizada, os requerentes terão de elaborar, no início do projeto, um sistema definitivo de seguimento e avaliação em conformidade com as diretrizes de seguimento e avaliação que serão anexadas ao contrato de subvenção através do guia de gestão de subvenções.

Um estudo de situação de referência no início do projeto ou linha de base e uma avaliação externa no final do projeto devem ser planeados e incluídos no orçamento do projeto para o qual o financiamento é solicitado.

Número de pedidos e subvenções por requerente / entidade afiliada

O requerente principal não pode apresentar mais do que 1 pedido ao abrigo do presente convite à apresentação de propostas.

O requerente principal não pode receber mais do que 1 subvenção ao abrigo do presente convite à apresentação de propostas.

O requerente principal pode ser, ao mesmo tempo, um co requerente ou uma entidade afiliada noutro pedido.

Um co-requerente / entidade afiliada não pode ser um co-requerente ou uma entidade afiliada em mais de 1 aplicação sob esta chamada de propostas.

Um co requerente / entidade afiliada não pode receber mais do que 1 subvenção sob esta Chamada de Propostas.

2.1.5 Elegibilidade dos custos: quais custos podem ser incluídos?

Apenas os "custos elegíveis" podem ser cobertos por uma subvenção. Os tipos de custos elegíveis e inelegíveis são mostrados abaixo. O orçamento é tanto uma estimativa dos custos como um limite global para os "custos elegíveis".

¹² Agricultura Inteligente face ao Clima.

O reembolso dos custos elegíveis baseia-se nos custos efetivamente suportados pelo(s) beneficiário (s) e pela(s) entidade(s) afiliada (s).

Custos diretos elegíveis

Para serem elegíveis para efeitos do presente convite à apresentação de propostas, os custos devem respeitar as condições estabelecidas no artigo 14.º das condições gerais do modelo de contrato de subvenção (ver anexo F das presentes orientações.).

Os requerentes (e, se for caso disso, as suas entidades afiliadas) acordam que a (s) verificação (ões) da (s) despesa (s) referida (s) no n.º 7 do artigo 15.º das condições gerais do modelo de contrato de subvenção (ver anexo F destas diretrizes) serão levadas a cabo pela Expertise France ou por qualquer organização externa autorizada pela Expertise France.

Os custos salariais do pessoal da administração local podem ser elegíveis desde que estejam relacionados com os custos das atividades que a administração em questão não apoiaria se a ação não fosse realizada.

Em derrogação do disposto nos artigos 14.2, 14.3 e 14.4 das condições gerais do modelo de contrato de subvenção (ver anexo F das presentes orientações), as opções de custos simplificados não são permitidas nesta Chamada de Propostas de projetos.

Reserva de contingência

O orçamento pode incluir uma reserva para imprevistos até 5% dos custos diretos elegíveis estimados. Só pode ser utilizada com **a autorização prévia por escrito** da Expertise France.

Custos indiretos elegíveis

Os custos indiretos incorridos durante a execução da ação podem ser elegíveis para financiamento de montante fixo, mas o montante total não pode exceder 5% do total dos custos diretos elegíveis estimados. Os custos indiretos são elegíveis desde que não incluam os custos inseridos numa conta noutro título de orçamento no modelo de contrato de subvenção. O requerente principal pode ser solicitado a justificar a percentagem pedida antes de o contrato de subvenção ser assinado. No entanto, uma vez fixada a taxa fixa nas condições especiais do contrato de subvenção, não deve ser fornecido qualquer documento comprovativo pelo beneficiário.

Se um dos requerentes ou uma das entidades afiliadas receber uma subvenção de funcionamento financiada pela Expertise France ou pela UE, não pode incluir custos indiretos sobre os custos que apoia no orçamento proposto para o programa/ação.

Contribuições em espécie

"Contribuições em espécie" são bens ou serviços fornecidos por terceiros gratuitamente aos beneficiários ou entidades afiliadas. As contribuições em espécie não envolvem qualquer despesa para os beneficiários ou entidades afiliadas e não são custos elegíveis.

Expertise France pode aceitar o cofinanciamento em espécie, se o considerar necessário ou adequado. Nesses casos, o valor dessas contribuições não pode exceder:

- a) os custos realmente incorridos e devidamente justificados por documentos contabilísticos;

b) ou os custos geralmente aceites no mercado de referência relevante.

As contribuições do tipo imobiliário devem ser excluídas no cálculo do montante do cofinanciamento. As contribuições em espécie devem estar em conformidade com as regras fiscais e de segurança social nacionais.

Se for proposto o cofinanciamento em espécie, deve figurar no Anexo B (ficha de trabalho 3) das diretrizes a intenção dos requerentes sobre as fontes de financiamento esperadas para a Ação. O mesmo montante deve ser inserido no orçamento (ficha de trabalho1).

Em qualquer caso, o cofinanciamento em espécie não pode exceder 5% dos custos totais aceites.

Custos não elegíveis

Os seguintes custos não são elegíveis:

- dívidas e encargos da dívida (juros);
- provisões para eventuais perdas ou dívidas futuras;
- os custos declarados pelo (s) beneficiário (s) e financiados por outra ação ou outro programa de trabalho subvencionado pela Expertise France ou pela União Europeia (incluindo o FED);
- aquisições de terrenos ou edifícios, exceto quando tais aquisições forem essenciais para a execução direta da ação, caso em que a sua propriedade deve ser transferida em conformidade com o artigo 7.5 das condições gerais do modelo de contrato de subvenção; ao mais tardar no final da ação;
- as perdas cambiais.

2.2 Apresentação do pedido e procedimentos a seguir

2.2.1 Conteúdo da breve nota de apresentação

Os pedidos devem ser apresentados em conformidade com as instruções constantes da breve nota de apresentação no formulário de pedido de subvenção anexo às presentes diretrizes (anexo A).

Os requerentes devem submeter o seu pedido em inglês, francês ou português.

Por favor, observe o seguinte:

1. Na breve nota de apresentação, os requerentes principais devem fornecer apenas uma estimativa da subvenção solicitada e uma percentagem indicativa dessa contribuição em relação aos custos elegíveis da ação. Um orçamento detalhado só deve ser apresentado pelos requerentes principais convidados a apresentar um pedido completo na segunda fase.
2. Os elementos definidos na breve nota de apresentação não podem ser modificados no pedido completo. A contribuição da Expertise France não pode variar mais de 20% em relação à estimativa inicial. Os requerentes principais são livres de ajustar a percentagem de cofinanciamento exigida, respeitando os montantes mínimo e máximo, bem como as percentagens de cofinanciamento indicadas no ponto 1.3 das presentes diretrizes. O requerente principal só pode substituir um co requerente ou uma entidade afiliada em casos devidamente justificados (por exemplo, falência do co requerente original ou da entidade afiliada). Neste caso, o novo co requerente / afiliado deve ser semelhante em natureza ao co requerente / afiliado inicial. O requerente principal pode ajustar a duração da ação se circunstâncias imprevistas fora do âmbito dos requerentes tiverem ocorrido após a apresentação da nota de submissão e exigir essa adaptação (risco de incumprimento). execução da ação). Nestes casos, a duração deve permanecer dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

os requerentes. Uma explicação / justificativa para a substituição / ajuste será fornecida numa carta ou e-mail.

As contribuições próprias dos requerentes podem ser substituídas a qualquer momento por contribuições de outros doadores.

3. Somente a breve nota de apresentação será avaliada. Portanto, é muito importante que este documento contenha TODAS as informações relevantes sobre a ação. Nenhum anexo adicional deve ser enviado.

Quaisquer erros ou inconsistências importantes nas instruções para a breve Nota de Apresentação poderão resultar da rejeição da mesma.

Expertise France reserva-se o direito de solicitar esclarecimentos quando as informações fornecidas não permitirem uma avaliação objetiva.

As breves notas de apresentação manuscritas não serão aceites.

2.2.2 Onde e como enviar a breve nota de apresentação?

A breve nota de apresentação, a lista de controlo¹³ e a declaração do requerente principal (disponíveis na **parte A, seções 2 e 3**, do formulário de pedido de subvenção) devem ser apresentados num único exemplar e uma cópia (no que se refere a considerações ambientais) em formato A4, encadernadas.

Uma versão eletrónica da breve nota de apresentação também deve ser fornecida. Um CD-ROM ou uma chave USB¹⁴ contendo a breve nota de apresentação em formato eletrónico será colocado, juntamente com a versão em papel, num envelope lacrado, conforme indicado abaixo. O arquivo eletrónico deve ser exatamente o **mesmo** da versão de papel anexada.

O envelope deve conter:

- o **número de referência e o intitulado do convite á apresentação de propostas,**
- o país abrangido pela ação,
- a área de intervenções (1, 2 ou 3),
- a denominação completa e o endereço do requerente principal,
- a menção «**Não abra antes da sessão de abertura**».

As breves notas de apresentação devem ser apresentadas em envelope lacrado, enviadas por carta registada ou correio expresso privado ou entregues em mão (um aviso de receção assinado e datado será emitido ao portador no último caso) no endereço indicado abaixo:

Endereço de correspondência

UCP GCCA+ África Ocidental

S/c Agência Regional para a Agricultura e Alimentação (ARAA)
83 rue de la Pâtur – Quartier Super Taco

¹³ Tenha em atenção que a breve nota de apresentação /pedido completo não será rejeitada somente porque o requerente principal não apresentou a lista de controlo ou porque as informações desta lista estão incorretas.

¹⁴ Se desejar autorizar outros dispositivos (por exemplo, chaves USB), certifique-se de que as medidas de segurança informática adequadas estão em vigor.

Lomé – 01 BP 4817

TOGO

Endereço para entrega em mãos ou para entrega expressa privada

UCP GCCA+ África Ocidental

S/c Agência Regional para a Agricultura e Alimentação (ARAA)

83 rue de la Pâture – Quartier Super Taco

Lomé – 01 BP 4817

TOGO

As breves notas de apresentação enviadas por outros meios (por exemplo, por fax ou e-mail) ou entregues a outros endereços serão rejeitadas.

Os requerentes principais devem garantir que a sua breve nota de apresentação esteja completa, utilizando a lista de verificação (parte A, secção 2 do formulário de pedido de subvenção). As breves notas de apresentação incompletas podem ser rejeitadas.

2.2.3 Data limite de submissão da breve nota de apresentação

A data e hora limite para a apresentação das breves notas de apresentação estão indicadas na página de rosto destas orientações, conforme comprovado pela data de envio, pelo carimbo do correio ou pela data do aviso de receção ou, no caso de entregas, a data e a hora de receção comprovadas pelo recibo assinado e datado. Qualquer breve nota de apresentação enviada após o prazo será rejeitada.

Contudo, por razões de eficácia administrativa, a Entidade Adjudicante pode rejeitar qualquer breve nota de apresentação enviada dentro dos prazos mais recebida após a data efetiva de aprovação da avaliação da breve nota de apresentação (ver calendário indicativo em 2.5.2).

2.2.4 Outra informação sobre a breve nota de apresentação

Uma sessão de informação sobre esta chamada de propostas será organizada de maneira desmaterializada, na forma de um webinar, no dia 25 de setembro às 10:00 UTC. Informações mais precisas relativas à sessão de informação serão publicadas com pelo menos uma semana de antecedência nos sites www.expertisefrance.fr e www.araa.org.

Os requerentes podem enviar as suas perguntas por correio eletrónico, ao mais tardar 21 dias antes da data limite para a apresentação das breves notas, para o endereço indicado abaixo, indicando claramente a referência do convite à apresentação de propostas:

Endereço Email: gccaplus.ao@expertisefrance.fr

Expertise France não é obrigada a prestar esclarecimentos sobre questões recebidas após essa data.

Será respondido ao mais tardar 11 dias antes do prazo para a apresentação das breves notas.

A fim de garantir a igualdade de tratamento dos requerentes, a Expertise France não pode informar previamente a elegibilidade dos requerentes principais, dos co-requerentes, da (s) entidade (s) afiliada (s), de uma ação ou atividades específicas.

Nenhuma resposta individual será dada às perguntas colocadas. Todas as perguntas e as suas respostas, bem como outras informações importantes comunicadas aos requerentes durante o processo de avaliação serão publicadas no devido tempo em www.expertisefrance.fr e www.araa.org. E recomendado, por conseguinte,

consultar regularmente esses sites internet cujos endereços figuram acima a fim de ser informado sobre as perguntas e respostas publicadas.

2.2.5 Pedidos completos

Os requerentes principais convidados a submeter um pedido completo, posteriormente à pré-seleção das suas notas sucintas de apresentação, devem fazê-lo com ajuda da parte B do formulário de pedido de subvenção, anexado às presentes diretrizes (anexo A). Os requerentes principais devem respeitar, escrupulosamente, o formato do formulário do pedido de subvenção e completar os parágrafos e as páginas, por ordem.

Os elementos enunciados na nota sucinta de apresentação não podem ser modificados pelo requerente principal no pedido completo. A contribuição da Expertise France não pode divergir em mais de 20% relativamente à estimativa inicial, mesmo que os requerentes principais sejam livres de adaptar a percentagem do cofinanciamento exigida, na medida em que os montantes mínimos e máximos, assim como as percentagens de cofinanciamento, tal como indicado na secção 1.3 das presentes diretrizes, sejam respeitados. O requerente principal apenas pode substituir um coautor ou uma entidade afiliada em casos devidamente justificados (ex. falência do co-requerente ou da entidade afiliada iniciais). Neste caso, o novo co-requerente/a nova entidade afiliada deve ser de natureza similar ao co-requerente/à entidade afiliada inicial(is). O requerente principal pode adaptar a duração da ação caso as circunstâncias imprevistas que não revelem o âmbito de aplicação dos requerentes, sejam produzidas após a submissão da nota de apresentação e exijam tal adaptação (risco da não-execução da ação). Nestes casos, a duração deve permanecer dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para os requerentes. Será prestada uma explicação/justificação da substituição/do ajustamento em causa através de carta ou de *e-mail* de acompanhamento.

Os requerentes principais devem submeter os seus pedidos completos na mesma língua da respetiva nota sucinta de apresentação.

Os requerentes principais devem preencher o formulário completo de pedido o mais clara e cuidadosamente possível, de maneira a facilitar a sua avaliação.

Quaisquer erros relativos aos pontos mencionados na lista de controlo (parte B, secção 7, do formulário de pedido de subvenção) ou incoerência considerável no pedido completo (incoerência dos montantes retomados nas folhas de cálculo do orçamento, por exemplo) podem conduzir à imediata rejeição do pedido.

Apenas serão pedidos esclarecimentos se as informações dadas não forem claras e impeçam a Expertise France de realizar uma avaliação objetiva.

Pedidos manuscritos não serão aceites.

Note-se que apenas o formulário de pedido completo e os anexos publicados que devem ser completados (orçamento, quadro lógico) serão transmitidos aos avaliadores (e, se for o caso, aos assessores). Consequentemente, é muito importante que estes documentos contenham TODAS as informações pertinentes sobre a ação. **Não devem ser enviados anexos suplementares.**

2.2.6 Como e para onde enviar os pedidos completos?

Os pedidos completos (formulário de pedido completo, orçamento, quadro lógico e declaração do requerente principal) devem ser encaminhados num envelope selado, enviado por carta registada ou por correio prioritário privado, ou ainda entregue em mão (um aviso de receção assinado e datado será entregue ao transportador, neste último caso), para a morada indicada abaixo:

Endereço postal

UCP GCCA+ África Ocidental

S/c Agência Regional para a Agricultura e Alimentação (ARAA)
83 rue de la Pâtur – Quartier Super Taco
Lomé – 01 BP 4817
TOGO

Endereço para entrega em mãos ou para entrega expressa privada

UCP GCCA+ África Ocidental

S/c Agência Regional para a Agricultura e Alimentação (ARAA)
83 rue de la Pâtur – Quartier Super Taco
Lomé – 01 BP 4817

Os pedidos enviados através de outros meios (por exemplo, por telecópia ou por *e-mail*) ou remetidos para outras moradas serão rejeitados.

Os pedidos devem ser submetidos com um original e uma cópia (por respeito às considerações ambientais) em formato A4, encadernadas individualmente. O formulário completo de pedido, o orçamento e o quadro lógico devem, igualmente, ser entregues em formato eletrónico (CD-ROM ou dispositivo USB¹⁵) num ficheiro separado e único (por outras palavras, o pedido completo não deve ser separado em diferentes ficheiros). O ficheiro eletrónico deve ser **exatamente idêntico** à versão em papel.

A lista de controlo (parte B, secção 7, do formulário de pedido de subvenção) e a declaração do requerente principal (parte B, secção 8, do formulário de pedido de subvenção) devem ser agrafadas separadamente e colocadas no envelope.

O envelope deve conter:

- o número de referência e o nome do convidado para a apresentação de propostas,
- o número que lhes será atribuído depois da avaliação da nota sucinta de apresentação,
- o país abrangido pela ação,
- a área de intervenções (1, 2 ou 3),
- a denominação completa e o endereço do requerente principal,
- a menção «**Não abra antes da sessão de abertura**».

Os requerentes devem assegurar-se de que o seu pedido está completo, utilizando a lista de controlo (parte B, secção 7, do formulário de pedido de subvenção). Os pedidos incompletos podem ser rejeitados.

2.2.7 Data limite de submissão dos pedidos completos

A data limite de submissão dos pedidos completos será comunicada na carta enviada para os requerentes principais, cujo pedido foi pré-selecionado.

¹⁵ Se desejar autorizar outros dispositivos (por exemplo, chaves USB), certifique-se de que as medidas de segurança informática adequadas estão em vigor.

2.2.8 Outras informações sobre os pedidos completos

Os requerentes podem enviar as respetivas questões por *e-mail*, o mais tardar 21 dias antes da data limite de submissão dos pedidos completos, para a morada apresentada em seguida, indicando claramente a referência da apresentação de propostas:

Endereço de *e-mail*: gccaplus.ao@expertisefrance.fr

A Expertise France não tem a obrigação de prestar esclarecimentos acerca das questões recebidas, após essa data.

As respostas serão dadas o mais tardar 11 dias antes da data limite de submissão dos pedidos completos.

Uma outra sessão de informação desmaterializada, em forma de *webinar*, será, novamente, organizada para esta etapa. A data e as informações pormenorizadas serão comunicadas na carta enviada aos requerentes principais cujo pedido foi pré-selecionado.

De modo a garantir a igualdade de tratamento dos requerentes, a Expertise France não pode avisar previamente sobre a elegibilidade dos requerentes principais, dos co-requerentes, da/das entidade(s) afiliada(s) e de uma ação.

Não será dada nenhuma resposta individual às questões. Todas as questões e respostas, bem como outras informações importantes comunicadas aos requerentes, no decurso do procedimento de avaliação, serão publicadas nos *websites* www.expertisefrance.fr e www.araa.org na medida do necessário. É, consequentemente, recomendado consultar, regularmente, os *websites* cujos *links* figuram acima, de maneira a estar informado acerca das questões e respostas publicadas.

2.3 Avaliação e selecção dos pedidos

Os pedidos serão examinados e avaliados pela Expertise France com a ajuda, quando necessário, de assessores externos. Todos os pedidos serão avaliados segundo as etapas e critérios infra-descritos:

Se o exame do pedido revelar que a ação proposta não cumpre os critérios de elegibilidade descritos no ponto 2.1.4, o pedido será rejeitado com base apenas nisso.

1ª ETAPA: ABERTURA, VERIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E VERIFICAÇÃO DA ELEGIBILIDADE DOS REQUERENTES E DA/DAS ENTIDADE(S) AFILIADA(S)

Abertura e verificação administrativa

Na fase da abertura e da verificação administrativa, os elementos seguintes serão examinados:

- Respeito da data e hora limites. Em caso de incumprimento, o pedido será, automaticamente, rejeitado.
- Respeito, através da nota sucinta de apresentação, de todos os critérios especificados na lista de controlo que figura na parte A, secção 2, do formulário de pedido de subvenção. Este exame inclui uma apreciação quanto à elegibilidade da ação. Caso uma das informações pedidas falte ou esteja incorreta, o pedido pode ser rejeitado com base **apenas** nisso, e não pode ser avaliado.

Verificação de elegibilidade

A elegibilidade dos requerentes e da(s) entidade(s) afiliada(s) será verificada com base nos critérios estabelecidos na parte 2.1 das presentes diretrizes e recordada no formulário de pedido de subvenção (Anexo A das presentes orientações).

2ª ETAPA: AVALIAÇÃO DAS NOTAS SUCINTAS DE APRESENTAÇÃO

As notas sucintas de apresentação adequadas a este controlo serão avaliadas quanto à pertinência e à conceção da ação proposta.

Atribuir-se-á, às notas sucintas de apresentação, uma pontuação total de 75 de acordo com a repartição que figura na grelha de avaliação abaixo. A avaliação permitirá, também, verificar a conformidade com as instruções relativas à forma de preencher a nota sucinta de apresentação, que figuram na parte A do formulário de pedido de subvenção.

Os critérios de avaliação são divididos por rubricas e sub-rubricas. Cada sub-rubrica é classificada de 1 a 5, como segue: 1 = insuficiente menos, 2 = insuficiente, 3 = suficiente, 4 = bom, 5 = muito bom.

1. Pertinência da Ação	Subclassific ação	35
1.1 Em que medida a proposta é pertinente relativamente aos objetivos e prioridades da apresentação de propostas?	5	
1.2 O carácter inovador da proposta é pertinente relativamente às temáticas adotadas? Está bem apresentado?	5	
1.3 Em que medida a proposta é pertinente relativamente às necessidades especiais do país de intervenção, particularmente no que diz respeito às prioridades estratégicas nacionais sobre o clima?	5	
1.4 Como é que a relação do projeto com as alterações climáticas e a respetiva contribuição para a adaptação e/ou atenuação é especificada e justificada (dados	5(x2)*	

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

climáticos, elementos prospetivos, esclarecimento da teoria das alterações proporcionado pelo projeto...)?		
1.5 Em que medida pode o projeto criar ligações, tanto em termos de impactos indiretos como de capitalização, com as outras áreas de intervenção?	5	
1.6 Em que medida as partes interessadas (beneficiários finais, grupos-alvo) são claramente definidas e escolhidas de forma estratégica? As respetivas necessidades foram claramente definidas e adequadamente abordadas na proposta?	5	
2. Conceção da ação	Subclassific ação	25
2.1 A ação é viável e lógica relativamente aos objetivos e resultados esperados, sobretudo tendo em conta o território considerado para a implementação?	5(x2)*	
2.2 A proposta inclui elementos específicos que promovem a igualdade de género e que orientam a redução da vulnerabilidade das populações mais sensíveis?	5	
2.3 A ação é suscetível, a termo, de ser replicada em grande escala? (tomando em consideração o seu custo de implementação e a alavancagem que pode gerar)	5	
2.4 O método retido para favorecer a difusão das lições aprendidas e dos resultados adquiridos ao longo da ação é suscetível a gerar impactos a uma maior escala e a um prazo mais longo?	5	
3. Gestão da ação	Subclassific ação	15
3.1 O proponente demonstrou experiência suficiente em matéria de acompanhamento dos agricultores/rurais na luta contra as alterações climáticas, de implementação de projetos pluri-intervenientes (coordenação, gestão financeira e acompanhamento de avaliação) e de capitalização?	5(x2)*	
3.2 A lógica de parceria proposta para implementar a ação é pertinente e suscetível de favorecer a garantia dos resultados esperados? N.B.: as parcerias com multi-intervenientes compostas por vários tipos de intervenientes são obrigatórias (cf. secção 2.1.1 das diretrizes).	5	
Pontuação total		75

* Estas pontuações são multiplicadas por 2, devido à sua importância.

Aquando da receção das notas sucintas, estas serão repartidas por país de intervenção.

Assim que as notas sucintas de apresentação forem avaliadas, será estabelecida, para cada país, uma lista classificativa das ações propostas, segundo a pontuação total.

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

Em primeiro lugar, em cada uma destas listas (12 listas no total), os 3 melhores projetos serão pré-selecionados, na medida em que estes projetos alcancem uma pontuação total de, pelo menos, 50 pontos.

Uma vez selecionado o total dos 3 melhores projetos por país: o número de projetos por temática será contabilizado.

Se uma das áreas de intervenção for representada por um número de notas sucintas igual ou inferior a 5, em segundo lugar:

- O resto dos projetos que não foram pré-selecionados em primeiro lugar, mas que tiveram mais de 50 pontos serão classificados, desta vez, por área,
- Os projetos que permitam atingir um mínimo de 10 notas sucintas, por área de intervenção, serão selecionados entre os melhores projetos da ou das área(s) de intervenção infra-representadas (tendo um número de notas sucintas igual ou inferior a 5).

Após a avaliação das notas sucintas de apresentação, a Expertise France enviará uma carta a todos os requerentes, a especificar se o respetivo pedido foi submetido antes da data limite, informando-os do número de referência que lhes foi atribuído e se a respetiva nota sucinta de apresentação foi avaliada, bem como os resultados da mesma.

3ª FASE: ABERTURA, CONTROLOS ADMINISTRATIVOS E VERIFICAÇÃO DA ELEGIBILIDADE

Abertura e verificação administrativa

Em primeiro lugar, é conveniente avaliar os seguintes pontos:

- Respeito do prazo de apresentação. Caso contrário, o pedido será automaticamente rejeitado.
- Respeito, pelo pedido completo, de todos os critérios especificados na lista de controlo (parte B, seção 7, do formulário de pedido de subvenção). Este exame inclui uma apreciação quanto à elegibilidade da ação. Se qualquer das informações solicitadas estiver omissa ou incompleta, o pedido pode ser rejeitado unicamente com base nessa informação e não será avaliado.

A conformidade entre a declaração do requerente principal (parte B, seção 8, do formulário de pedido de subvenção) e os documentos comprovativos fornecidos pelo requerente principal será verificada. Qualquer documento comprovativo em falta ou qualquer incoerência entre a declaração do requerente principal e os documentos comprovativos pode conduzir à rejeição do pedido unicamente nesta base.

Verificação da elegibilidade

A elegibilidade dos requerentes e da(s) entidade(s) afiliada(s) será verificada com base nos critérios estabelecidos na parte 2.1 das presentes diretrizes e recordada no formulário de pedido de subvenção (Anexo A das presentes orientações).

4ª FASE: AVALIAÇÃO DOS PEDIDOS COMPLETOS

Os pedidos completos que satisfaçam as exigências esta verificação serão em seguida avaliados segundo a sua qualidade, incluindo o orçamento proposto e a capacidade dos requerentes e da(s) entidade(s) afiliada(s), com base nos critérios de avaliação constantes da grelha de avaliação a seguir reproduzida. Os critérios de avaliação decompõem-se em critérios de seleção e critérios de adjudicação.

Os **critérios de seleção** ajudam a avaliar a capacidade operacional do(s) requerente(s) e da(s) entidade(s) afiliada(s) e a capacidade financeira do requerente principal. São utilizados para verificar se estes últimos:

- dispõem de fontes de financiamento estáveis e suficientes para manter a sua atividade ao longo da ação proposta e, se necessário, para participar no seu financiamento (isto aplica-se apenas aos requerentes principais, recomenda-se nesta fase a apresentação de qualquer documento que justifique este critério);
- dispõem da perícia, das competências e das redes necessárias para implementar a ação.

Os **critérios de adjudicação** ajudam a avaliar a qualidade dos pedidos em relação aos objetivos e prioridades estabelecidos nas diretrizes e a conceder as subvenções aos projetos que maximizam a eficácia global do convite à apresentação de propostas. Eles ajudam a selecionar os pedidos que garantem à Expertise France o respeito dos seus objetivos e prioridades. Dizem respeito à relevância da ação e à sua coerência com os objetivos do convite à apresentação de propostas, à qualidade, ao impacto esperado, à sustentabilidade da ação e à sua relação custo-eficácia.

Classificação:

Os critérios de avaliação subdividem-se em rubricas e sub-rubricas. Cada sub-rubrica é classificada de 1 a 5, como segue: 1 = insuficiente menos, 2 = insuficiente, 3 = suficiente, 4 = bom, 5 = muito bom.

Grelha de avaliação

Rubrica	Classificação máxima
1. Capacidade financeira e operacional <i>Se a pontuação total da rubrica 1 (Capacidade financeira e operacional) for inferior a 12 pontos, o pedido será rejeitado. De igual modo, o pedido será rejeitado se pelo menos uma das sub-rubricas da seção 2 obtiver uma pontuação de 1 ponto.</i>	25
1.1 Será que o requerente (e, quando aplicável, as entidades afiliadas) possui uma experiência suficiente na gestão de projetos com múltiplos intervenientes?	5
1.2 Será que o requerente (e, se for caso disso, as entidades afiliadas) dispõe de uma perícia técnica suficiente no domínio da agricultura familiar e do clima?	5
1.3 Será que o requerente (e, se for caso disso, as entidades afiliadas) participa em redes internacionais, nacionais ou organizações-quadro que permitam a divulgação dos resultados e realizações da ação?	5
1.4 Será que o requerente (e, se for caso disso, as entidades afiliadas) dispõe de uma capacidade de gestão suficiente (nomeadamente no que diz respeito ao pessoal, aos equipamentos e à capacidade de gerir o orçamento da ação)?	5
1.5 Será que o requerente principal dispõe de fontes de financiamento estáveis e suficientes?	5
2. Pertinência da Ação	35
Diferimento da pontuação obtida durante a avaliação da nota sucinta de apresentação	
3. Eficácia e viabilidade da ação	40
3.1 Será que a relação entre as problemáticas, as atividades propostas, as necessidades do território e dos beneficiários consideradas foi argumentada de forma adequada?	5
3.2 O território em questão é coerente com os objetivos e resultados esperados da ação?	
3.3 Será que o plano de ação proposto é claro, viável e lógico em relação aos objetivos e resultados esperados?	5
3.4 Será que o nível de envolvimento e de participação na ação do requerente e das entidades afiliadas (parceiros) é satisfatório?	5
3.5 Será que as atividades propostas contêm elementos específicos que promovem a igualdade de género e visam a redução da vulnerabilidade das populações mais vulneráveis?	5
3.6 Será que a abordagem e o dispositivo de capitalização estão claramente explicitados? Será que são susceptíveis de gerar impactos em maior escala e a mais longo prazo?	5

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

<i>NB: os projetos com uma dimensão de capitalização regional comprovada receberão a pontuação máxima.</i>	
3.7 Será que o dispositivo de acompanhamento-avaliação proposto é satisfatório? Será que a proposta contém indicadores objetivamente verificáveis para a avaliação dos resultados da ação, incluindo a avaliação dos impactos diferenciados em função do nível de vulnerabilidade dos grupos-alvo? Será que o quadro de acompanhamento-avaliação inclui os 2 indicadores obrigatórios (ver secção 2.1.4 "acompanhamento e avaliação" constantes das diretrizes) e o seu método de avaliação estão considerados adequados? Serão planeadas uma linha de base e uma avaliação final?	5
3.8 Será que a proposta apresenta uma boa estratégia de comunicação e de visibilidade do projeto e do doador?	5
4. Sustentabilidade e replicabilidade da ação	25
4.1 Será que os desafios transversais relacionados com as necessidades essenciais de adaptação às alterações climáticas, os aspectos de equidade de género e o lugar dos jovens nas mudanças procuradas são abordados?	5
4.2 Qual a probabilidade de a ação ter um impacto tangível nos grupos-alvo?	5
4.3 Será que a proposta é susceptível de ter efeitos multiplicadores, quer a nível nacional quer regional (nomeadamente a probabilidade de reprodução, extensão e partilha de informações)?	5
4.4 Será que as possibilidades e modalidades de prossecução das ações empreendidas e dos resultados obtidos pelo projeto no final do financiamento estão explicitadas de forma suficiente? Será que os resultados esperados da ação proposta são sustentáveis? - de um ponto de vista financeiro (<i>como serão financiadas as actividades quando o financiamento chegar ao fim?</i>) - de um ponto de vista institucional (<i>existirão estruturas que permitem a prossecução das actividades no final da ação? Será que haverá uma "apropriação", a nível das instituições locais ou nacionais, dos resultados da ação?</i>) - a nível político (se aplicável) (<i>qual será o impacto estrutural da ação - por exemplo, será que conduzirá à revisão dos compromissos relativos ao clima, de melhores leis, códigos de conduta, métodos, etc.</i>) - do ponto de vista do impacto nos recursos naturais	10
5. Orçamento e relação custo-eficácia da ação	15
5.1 Será que as atividades estão adequadamente refletidas no orçamento?	5
5.2 Será o rácio entre os custos estimados e os resultados esperados satisfatório?	10
Pontuação total máxima	130

Seleção provisória

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

Após a avaliação, será elaborado um quadro do qual constarão todos os pedidos classificados por país de acordo com a sua pontuação.

Em primeiro lugar, para cada país, os pedidos com a maior pontuação serão provisoriamente seleccionados, desde que tenham obtido uma pontuação mínima de 80 pontos.

Os pedidos provisoriamente seleccionados em primeiro lugar serão em seguida classificados por domínio de intervenção, a fim de permitir a contagem do número de pedidos seleccionados por domínio.

Em segundo lugar, como aconteceu na fase anterior de seleção das notas sucintas, as restantes propostas não seleccionadas em primeiro lugar passarão a ser classificadas por domínio de intervenção.

Para se esgotar o orçamento previsto para o presente convite, serão seleccionados os melhores pedidos do domínio o menos representado durante a seleção da primeira vaga.

Além disso, uma lista de reserva será elaborada de acordo com os mesmos critérios. Esta lista será utilizada se se tornarem disponíveis mais fundos durante o seu período de validade.

Deve salientar-se que a verificação da elegibilidade será efetuada com base nos documentos comprovativos solicitados pela Expertise France (ver ponto 2.4). Só será efectuada para os pedidos que foram provisoriamente seleccionados em função da sua pontuação e dentro dos limites do orçamento previsto para o presente convite à apresentação de propostas.

2.4 Verificação da elegibilidade e apresentação dos documentos comprovativos relativos aos pedidos que foram provisoriamente seleccionados.

O requerente principal, cujo pedido foi provisoriamente seleccionado ou inscrito na lista de reserva, será informado por escrito pela Expertise France. A fim de permitir à Expertise France verificar a sua elegibilidade e, se for caso disso, a do(s) co-requerente(s) e da(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s), será solicitada a apresentação dos seguintes documentos¹⁶:

1. Os estatutos ou artigos constitutivos do requerente principal, dos eventuais co-requerentes e das entidades afiliadas¹⁷. Se a Expertise France tiver reconhecido a elegibilidade do requerente principal, dos co-requerentes ou das entidades afiliadas para um outro convite à apresentação de propostas a título da mesma rubrica orçamental durante os 2 anos que precedem o prazo de receção dos pedidos, deve ser apresentada uma cópia do documento comprovativo da sua elegibilidade aquando de um convite anterior (por exemplo, uma cópia das condições particulares de um contrato de subvenção concedido durante o período de referência) em vez dos estatutos, exceto se o estatuto jurídico tiver entretanto mudado¹⁸. Esta obrigação não se aplica às organizações internacionais que assinaram um acordo-quadro com a Comissão Europeia.

¹⁶ Não serão exigidos documentos comprovativos para pedidos de subvenção não superiores a 60.000 Euros.

¹⁷ Se o requerente principal, os co-requerentes e/ou uma/qualsquer entidades afiliadas for/forem uma ou mais entidades públicas criadas por lei, deve ser fornecida uma cópia da referida lei.

¹⁸ A inserir apenas quando as condições de elegibilidade não mudaram de um convite à apresentação de propostas para outro.

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

2. Uma cópia das demonstrações financeiras dos últimos 3 anos do requerente principal (demonstração de resultados e balanço do último exercício encerrado)¹⁹. Os eventuais co-requerentes ou entidades afiliadas não necessitam de fornecer a cópia das suas demonstrações financeiras.
3. A ficha de entidade jurídica (ver anexo D das presentes diretrizes) devidamente preenchida e assinada por cada um dos requerentes (ou seja, o requerente principal e eventuais co-requerentes), acompanhada dos documentos comprovativos solicitados.
4. Uma ficha de identificação financeira do requerente principal (e não dos co-requerentes), conforme o modelo que figura no anexo E das presentes diretrizes, certificada pelo banco ao qual o pagamento deve ser efetuado. Este banco deve estar localizado no país onde o requerente principal está estabelecido.

Os documentos devem ser fornecidos sob a forma de originais, fotocópias ou versões digitalizadas (com os carimbos legais, assinaturas e datas) desses originais.

No caso de esses documentos não estarem redigidos em francês, inglês ou português, deve ser incluída na análise do pedido uma tradução para uma das línguas do convite à apresentação de propostas das partes relevantes do documento que ateste a elegibilidade do requerente principal e, quando aplicável, dos co-requerentes e da(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s).

Quando estes documentos estiverem redigidos numa língua oficial da União Europeia diferente da língua do convite à apresentação de propostas, recomenda-se vivamente, a fim de facilitar a avaliação, que seja fornecida uma tradução para uma das línguas do convite à apresentação de propostas das partes pertinentes dos documentos comprovativos da elegibilidade do requerente principal e, quando aplicável, dos co-requerente e da(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s).

Caso os documentos comprovativos acima mencionados não sejam apresentados dentro do prazo fixado no pedido de apresentação de documentos comprovativos enviado pela Expertise France ao requerente principal, o pedido pode ser rejeitado.

Após verificação dos documentos comprovativos, o comité de avaliação fará uma recomendação final ao Director-Geral da Expertise France ou ao seu delegado, que decidirá da atribuição das subvenções.

NB: Se a Expertise France não estiver convencida pela força, solidez e garantia prestada pelo vínculo jurídico ou de capital entre um requerente e as suas entidades afiliadas, pode exigir a apresentação dos documentos em falta a fim de permitir a sua conversão para co-requerentes. Se forem apresentados todos os documentos em falta, e desde que todas as condições de elegibilidade sejam cumpridas, a entidade torna-se co-requerente para todos os efeitos úteis. O requerente principal deve apresentar o formulário de pedido alterado em conformidade.

2.5 Notificação da decisão da Expertise France

2.5.1 Conteúdo da decisão

Os requerentes principais serão informados por escrito da decisão tomada pela Expertise France relativamente ao seu pedido e, em caso de rejeição, dos motivos dessa decisão negativa.

¹⁹ Esta obrigação não se aplica às pessoas singulares que receberam uma subvenção ou que se encontram em maior necessidade de ajuda direta, nem às entidades públicas ou organizações internacionais. O mesmo não se aplica quando as contas são, na prática, os mesmos documentos que o relatório de auditoria externa já fornecido nos termos do ponto 2.4.2.

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

No caso de um requerente se considerar lesado por um erro ou irregularidade cometida no quadro do processo de adjudicação, pode apresentar uma queixa junto do Cartório do Tribunal Administrativo de Paris, 7 rue de Jouy, 75004 Paris - <http://paris.tribunal-administratif.fr/>.

2.5.2 Calendário indicativo

	DATA	HORA
1. Reunião de informação (se necessário)	25 de setembro de 2019	10h00 UTC
2. Prazo para os pedidos de esclarecimento junto da Expertise France	26 de setembro de 2019	23h00 UTC
3. Última data em que os esclarecimentos são fornecidos pela Expertise France	4 de outubro de 2019	18h00 UTC
4. Prazo para a apresentação das notas sucintas de apresentação	17 de outubro de 2019	12h00 UTC
5. Informações destinadas aos requerentes principais relativamente à abertura, aos controlos administrativos, à elegibilidade (etapa 1) e à avaliação da nota sucinta de apresentação (etapa 2)	Terceira semana de novembro de 2019	-
6. Convites à apresentação do pedido completo (após verificação da elegibilidade)	25 de novembro de 2019	-
7. Prazo para apresentação do pedido completo	6 de janeiro de 2020	10h00 UTC
8. Notificação da adjudicação	28 de fevereiro de 2020	-
9. Assinatura do contrato	31 de março de 2020	-

Todos os horários são expressos em TUC, Tempo Universal Coordenado.

Este calendário indicativo diz respeito às **datas provisórias** (exceto as datas 2, 3 e 4) e pode ser atualizado pela Expertise France no decurso do processo. Neste caso, o calendário atualizado será publicado nos sítios Web www.expertisefrance.fr e www.araa.org.

2.6 Condições de implementação após a decisão da Expertise France de atribuir uma subvenção

Na sequência da decisão de concessão de uma subvenção, será proposto ao(s) beneficiário(s) um contrato baseado no modelo de contrato de subvenção (Anexo F das presentes diretrizes). Ao assinarem o formulário de pedido de subvenção (anexo A das presentes diretrizes), os requerentes aceitam, caso a subvenção lhes seja atribuída, as condições contratuais do modelo de contrato subvenção.

Contratos de implementação

LINHAS DIRETRIZES PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONTRATO DE SUBVENÇÃO

Sempre que a implementação de uma ação exija a adjudicação de contratos pelo(s) beneficiário(s) e (se aplicável) pela(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s), o contrato deve ser atribuído em conformidade com o anexo IV do modelo de contrato de subvenção.

3. LISTA DOS ANEXOS

DOCUMENTOS A PREENCHER

- Anexo A: Formulário de pedido de subvenção (formato Word)
- Anexo B: Orçamento (formato Excel)
- Anexo C: Quadro lógico (formato Word)
- Anexo D: Ficha de Entidade Jurídica
- Anexos E: Ficha de Identificação Financeira e Ficha de Identidade de Terceiros

DOCUMENTOS PARA INFORMAÇÃO

- Anexo F: Modelo de contrato de subvenção
- Anexo II: Condições Gerais
- Anexo IV: Regras em matéria de adjudicação de contratos pelos beneficiários
- Anexo V: Exemplo de formulário de pedido de pagamento
- Anexo VI: Modelo de relatório descritivo e financeiro²⁰
- Anexo VII: Declaração sob honra relativa aos critérios de exclusão e à ausência de conflitos de interesses
- Anexo VIII: Modelo de transferência de propriedade dos ativos
- Anexo IX: Guia para a gestão da subvenção (Anexo em preparação)²¹
- Anexo G: Montantes máximos das ajudas de custo diárias, disponíveis no seguinte endereço: http://ec.europa.eu/europeaid/funding/about-procurement-contracts/procedures-and-practical-guide-prag/diems_en (a publicação do anexo é facultativa, desde que estejam disponíveis todas as informações necessárias através do link)
- Anexo H: Informações relativas ao regime fiscal aplicável ao contrato de subvenção assinado no âmbito do convite à apresentação de propostas
- Anexo I: Diretrizes e lista de verificação para a avaliação do orçamento da ação dos contratos de subvenção.

•
• * * *

²⁰ O anexo será fornecido antes da contratualização.

²¹ O anexo será fornecido antes da contratualização.